



CMDCA

PROVA DE CONHECIMENTOS

11/07 /2015

SÓ ABRA ESTE CADERNO QUANDO AUTORIZADO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES

1. Quando for permitido abrir o caderno, verifique se ele está completo ou se apresenta imperfeições gráficas que possam gerar dúvidas. Em seguida, verifique se ele contém 40 questões.
2. Cada questão apresenta cinco alternativas de resposta, das quais apenas uma é a correta. Preencha no cartão-resposta a letra correspondente à resposta julgada correta.
3. No cartão-resposta, as respostas devem ser marcadas com caneta esferográfica de tinta PRETA, preenchendo-se integralmente o alvéolo, rigorosamente dentro dos seus limites e sem rasuras.
4. O cartão-resposta é personalizado e não haverá substituição, em caso de erro. Ao recebê-lo, verifique se seus dados estão impressos corretamente; caso constate algum erro, notifique ao aplicador de provas.
5. O tempo de duração da prova é de 4 horas, já incluídas nesse período a leitura dos avisos, a coleta da impressão digital e a marcação do cartão-resposta.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente da sala e do prédio após terem decorridas **duas horas** de prova e levar consigo o caderno de questões somente após **três horas** do início desta prova.
7. AO TERMINAR, DEVOLVA O CARTÃO-RESPOSTA AO APLICADOR DE PROVA.

Prova de Conhecimentos**—QUESTÃO 01 —**

A Lei n. 8.069/1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), representa

- (A) uma legislação ultrapassada que precisa ser atualizada, haja vista o grande número de crimes cometidos por adolescentes, entre eles, o de tráfico de drogas e latrocínio.
- (B) uma legislação que é fruto de trabalho no período de 1964 a 1985 (ditadura militar), apoiada institucionalmente pelo governo Collor de Melo e por entidades governamentais e não governamentais.
- (C) um acúmulo histórico da luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes, respeitando os tratados e as convenções internacionais sobre o tema, encampada por diversos movimentos sociais, entidades governamentais e não governamentais.
- (D) uma luta histórica do Ministério Público e dos Juizados da Infância e da Juventude, que exigiram do Poder Legislativo e do Poder Executivo a promulgação da lei que consagraria a política menorista no Brasil.
- (E) uma imposição internacional da Assembleia das Nações Unidas (ONU), da Organização dos Estados Americanos (OEA) e da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), que obrigaram o Brasil a promulgar a lei devido às reiteradas violações aos direitos das crianças e dos adolescentes.

—QUESTÃO 02 —

O ECA, para a efetivação da proteção e do desenvolvimento das crianças e dos adolescentes,

- (A) baseia-se nos seguintes princípios: absoluta prioridade, poder familiar, direitos fundamentais da pessoa humana, melhor interesse, família substituta e proteção integral.
- (B) objetiva a prevenção das violações e ameaças aos direitos das crianças e dos adolescentes, tendo como base a aplicação de medidas socioeducativas.
- (C) tem previsões transversais que abrangem normas de natureza civil e administrativa; entretanto, não comporta disposições normativas penais, nem trabalhistas.
- (D) adota o princípio da proteção integral e o do melhor interesse, decorrendo, em caso de violação pela família natural, prioritariamente, a colocação da criança ou do adolescente em família substituta.
- (E) tem por finalidade a missão constitucional de proteger integralmente as crianças e os adolescentes como pessoas humanas em sua dignidade, desde o nascimento à completude da maioridade civil e penal.

— QUESTÃO 03 —

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente e de acordo com a Lei Municipal, n. 8483/2006,

- (A) a atividade de conselheiro é remunerada, gerando relação de emprego com a municipalidade; se o conselheiro for funcionário público municipal, fica-lhe facultado, em caso de remuneração, optar pelos vencimentos e vantagens de seu cargo, vedada a acumulação de vencimentos.
- (B) o Conselho Tutelar é órgão permanente, autônomo, não jurisdicional, encarregado da sociedade com a função de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo que o exercício da função do conselheiro gera presunção de idoneidade moral, sendo serviço público relevante.
- (C) a função do Conselheiro Tutelar em seu exercício efetivo constitui serviço público relevante, garante o direito de prisão especial em caso de crime comum até o julgamento efetivo, gera presunção de idoneidade moral, não pode ser exercida, no mesmo conselho, por ascendentes e descendentes e tem natureza não onerosa.
- (D) o Conselho Tutelar é órgão de representação popular, permanente, autônomo, não jurisdicional, com a missão de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente e implementar políticas públicas diante de situações de risco às crianças e aos adolescentes.
- (E) a perda do mandato do conselheiro será decretada pelo Juiz da Infância e da Juventude mediante provocação do Ministério Público, do próprio Conselho, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), ou de qualquer cidadão, asseguradas a ampla defesa e o devido processo legal.

—QUESTÃO 04—

Quanto às atribuições e ao funcionamento do Conselho Tutelar definidos no ECA e na Lei Municipal n. 8483/2006, deve-se considerar:

- (A) o Conselho Tutelar, para a execução de suas decisões, pode requisitar serviços públicos nas áreas de educação, saúde, serviço social, previdência, trabalho e segurança, dentre outras, e ajuizar representação perante autoridade judiciária competente em face de autoridade que injustificadamente não cumprir as suas decisões.
- (B) o Conselho Tutelar funcionará diariamente, inclusive aos sábados, domingos e feriados, vinte e quatro horas por dia, e poderá, para atingir seus objetivos, aplicar medidas socioeducativas, tais como, advertência, obrigação de reparação de dano, prestação de serviço à comunidade, liberdade assistida e internação em estabelecimento correccional.
- (C) o atendimento oferecido pelos Conselhos Tutelares será informal ou personalizado, registrando-se as providências adotadas em cada caso, podendo aplicar aos pais ou responsáveis as medidas protetivas de perda de guarda, destituição da tutela, suspensão do poder familiar e encaminhamento a programa oficial de proteção à família.
- (D) as decisões dos Conselhos Tutelares serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao presidente o voto de desempate. As sessões serão instaladas com o mínimo de três conselheiros e realizadas em dias úteis; nessas sessões, pode-se deliberar que um conselheiro investigue a ocorrência de ato infracional, apurando-se a prática do delito.
- (E) os conselheiros tutelares poderão estabelecer regime de plantão, com atendimento diário de vinte e quatro horas, inclusive aos sábados, domingos e feriados, no período das 18 às 8 horas; durante o plantão, não poderão conceder remissão, nem fazer o encaminhamento aos pais ou responsáveis, com base em termo de responsabilidade.

— QUESTÃO 05 —

São competências do Conselho Tutelar:

- (A) informar, periodicamente, à família e ao adolescente internado sobre sua situação processual; manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos; punir, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, dirigentes ou prepostos das entidades governamentais e não governamentais de atendimento às crianças e aos adolescentes.
- (B) diligenciar e fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais de atendimento às crianças e aos adolescentes; apurar os atos infracionais cometidos em seus ambientes internos; e comunicar à autoridade judiciária os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares.
- (C) encaminhar ao Ministério Público e ao Juizado da Infância e da Juventude as crianças e os adolescentes que o próprio Conselho Tutelar tenha apreendido com apoio da Polícia Militar pela prática de ato infracional e fiscalizar e implementar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança destinados às crianças e aos adolescentes.
- (D) fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e pela execução de programas socioeducativos e de proteção destinados a crianças e adolescentes e representar para iniciar procedimento de apuração de irregularidades encontradas nessas entidades.
- (E) aplicar medidas protetivas às crianças e aos adolescentes, tais como: orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental; liberdade assistida; internação; perda da guarda familiar e solicitar apoio da Polícia Militar diante do perigo da diligência.

—QUESTÃO 06—

Segundo o ECA e a Lei Municipal n. 8483/2006 são órgãos da política municipal de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente:

- (A) Juizado da Infância e da Juventude e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).
- (B) Delegacia da Infância e da Juventude e Conselhos Tutelares.
- (C) Ministério Público e Juizado da Infância e da Juventude.
- (D) Conselhos Tutelares e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).
- (E) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Guarda Municipal.

— QUESTÃO 07 —

O Ministério Público e o Juizado da Infância e da Juventude têm, respectivamente, competência para

- (A) conhecer pedidos de adoção e promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos, relativos à infância e à adolescência.
- (B) conceder remissão ao adolescente praticante de ato infracional e aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou ao adolescente.
- (C) aplicar medidas socioeducativas e aplicar medidas de proteção às crianças e aos adolescentes.
- (D) dar parecer em procedimentos judiciais de guarda ou adoção e dirigir processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.
- (E) autorizar, mediante alvará, a entrada de criança desacompanhada dos pais ou responsável em estádio de futebol e teatro e representar para apuração de ato infracional atribuído a adolescente.

— QUESTÃO 08 —

A respeito do ato infracional e suas implicações, pode-se afirmar:

- (A) a criança e o adolescente que praticarem ato infracional ficam sujeitas à aplicação de medidas socioeducativas, como prestação de serviços à comunidade, inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.
- (B) o adolescente que praticou ato infracional poderá ficar internado antes da sentença final por prazo máximo de noventa dias; tal decisão deverá ser fundamentada em indícios suficientes de autoria e materialidade, demonstrando a necessidade imprescindível da medida.
- (C) a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a adolescente, a quem se atribua ato infracional, é proibida, bem como fica vedada a identificação do adolescente em qualquer notícia a respeito do fato.
- (D) o adolescente que praticou ato infracional pela primeira vez está isento da aplicação de medida socioeducativa de internação, de liberdade assistida, de obrigação de reparar o dano e de prestação de serviços à comunidade.
- (E) a apreensão de um adolescente que é flagrado praticando ato infracional deverá ser comunicada em até quarenta e oito horas à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.

— QUESTÃO 09 —

Para efeitos de inimizabilidade penal, o ECA considera

- (A) a idade do adolescente que cometeu ato infracional à data do seu julgamento.
- (B) criança a pessoa com até doze anos incompletos e adolescente aquele entre doze e vinte e um anos .
- (C) adolescente aquele com idade abaixo de dezesseis anos.
- (D) a idade do adolescente que cometeu ato infracional à data do cometimento do fato.
- (E) adolescente aquele com idade abaixo de dezoito anos, com exceção do que cometeu crime hediondo.

—QUESTÃO 10 —

As medidas de proteção à criança e ao adolescente

- (A) podem ser aplicadas isoladamente, bem como substituídas a qualquer tempo; em caso de descumprimento, podem ser substituídas por medidas socioeducativas, dentre elas, o acolhimento institucional e a colocação em família substituta.
- (B) podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo, sempre que houver ação ou omissão da sociedade ou do Estado; omissão ou abuso dos pais ou responsáveis e, ainda, em razão da própria conduta da criança ou do adolescente.
- (C) devem levar em conta no ato de aplicação as necessidades pedagógicas, priorizando-se as que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, tendo como princípio a publicidade dos atos de proteção da criança e do adolescente.
- (D) compreendem encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade; orientação, apoio e acompanhamento temporários; advertência; obrigação de reparar danos; acolhimento institucional; inclusão em programa de acolhimento familiar e colocação em família substituta.
- (E) autorizam o Conselho Tutelar diante de um caso de prática de ato infracional a requisitar tratamento médico em regime hospitalar, providenciar o acolhimento institucional e o acolhimento em família substituta.

—QUESTÃO 11—

Quanto ao processo disciplinar do Conselheiro Tutelar, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal n. 8483/2006 estabelecem:

- (A) compete à Corregedoria dos Conselhos Tutelares instaurar sindicância para apurar falta grave cometida por Conselheiro Tutelar no exercício de sua função, sendo que a decisão da corregedoria será submetida ao Ministério Público e ao Juizado da Infância e Juventude, para homologação.
- (B) constitui falta grave cometida por Conselheiro Tutelar usar de sua função em benefício próprio e/ou político partidário; romper o sigilo em relação aos casos analisados; abusar de sua autoridade; recusar-se a prestar atendimento e omitir-se quanto ao exercício de suas atribuições.
- (C) cabe ao Ministério Público apurar faltas graves cometidas por Conselheiro Tutelar e ao Juizado da Infância e da Juventude julgá-las, sem prejuízo das sanções penais, visto não existir previsão legal da Corregedoria dos Conselhos Tutelares.
- (D) compete à Corregedoria dos Conselhos Tutelares, constatada a falta grave, aplicar advertência; suspensão não remunerada; multa; perda da função de Conselheiro Tutelar e prisão administrativa.
- (E) cabe ao Ministério Público assegurar que o conselheiro condenado pela prática dos crimes e infrações administrativas previstos no ECA o direito de permanência no mandato.

— QUESTÃO 12 —

Quanto aos impedimentos, às suspeições e vedações do Conselheiro Tutelar, pode-se concluir que

- (A) o conselheiro está impedido de servir no mesmo Conselho caso tenha ascendentes, descendentes, irmão e irmã, marido e mulher; entretanto, não há qualquer vedação em relação a sogro e genro, tio e sobrinho, padrasto e enteado.
- (B) o mandato de conselheiro tutelar pode ser assumido por empresário, comerciante, funcionário público, professor de escola pública ou privada, policial militar, civil ou guarda municipal, ficando vedado servir no mesmo conselho ascendentes e descendentes.
- (C) o recebimento de honorários a qualquer título de qualquer parte envolvida em uma situação irregular de desrespeito aos direitos das crianças e dos adolescentes é proibido aos Conselheiros Tutelares.
- (D) o conselheiro que se ausentar injustificadamente a três sessões consecutivas do Conselho Tutelar ou a cinco alternadas no mesmo mandato ficará impedido e suspeito.
- (E) o parente de autoridade judiciária ou mesmo de representante do Ministério Público, que tenha atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na respectiva comarca, pode ser Conselheiro Tutelar.

—QUESTÃO 13—

Um adolescente, J.C.S., de 15 anos, cursa o 7º ano do ensino fundamental na Escola Pública Estadual Nossa Senhora da Guia e tem 75% de faltas. Sabendo de tal situação, que conduta o Conselheiro Tutelar deve adotar na apreciação de medidas de proteção aos pais do adolescente?

- (A) Advertência e destituição da tutela.
- (B) Obrigação de acompanhar a frequência e o aproveitamento escolar do filho.
- (C) Encaminhamento da criança ou do adolescente aos pais mediante termo de responsabilidade.
- (D) Acolhimento institucional e colocação da criança ou do adolescente em família substituta.
- (E) Encaminhamento da criança ou do adolescente a programa oficial ou comunitário de proteção à família.

— QUESTÃO 14 —

A adolescente M.F.P., de 17 anos, aluna do 1º ano do ensino médio, foi apreendida em razão de suposta prática de ato infracional equiparado ao crime de tráfico, pois foi surpreendida matando aula e fumando maconha. Seus pais, instruídos pela Defensoria Pública, solicitaram ajuda ao Conselheiro Tutelar, que foi até à escola em que a adolescente estuda e requereu sua declaração de matrícula escolar e sua frequência escolar. Por esse meio, o diretor da escola tomou conhecimento dos fatos e, como já desejava expulsar a aluna, divulgou aos professores, aos alunos e trabalhadores da administração da escola, sem autorização, que a adolescente respondia a ato infracional, dando detalhes dos fatos. Por fim, o diretor notificou ao Conselho Estadual de Educação a situação e o teor de sua decisão. Nessas condições, como deverá o Conselheiro Tutelar aplicar as medidas de proteção em relação aos pais da adolescente?

- (A) Notificar à família a respeito do ocorrido, nada podendo, nesse caso, ser feito pelo conselheiro no âmbito interno do Conselho Tutelar.
- (B) Advertir os pais e obrigar a reparação de dano.
- (C) Notificar à Delegacia da Infância e da Juventude, para que abra procedimento de apuração, e o Conselho Estadual de Educação, para que faça a punição do diretor.
- (D) Incluir a adolescente em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a toxicômanos e encaminhá-la a tratamento especializado, psicológico ou psiquiátrico.
- (E) Suspender o poder familiar e providenciar acolhimento institucional da adolescente em clínica de tratamento a toxicômanos.

— QUESTÃO 15 —

R.S.R., de 28 anos, tem duas filhas, uma de quatro anos e outra de oito meses. Vive em união estável com M.F.B., de 35 anos, e é vítima de violência doméstica tendo denunciado duas vezes o companheiro à Delegacia da Mulher pelas violências sofridas. Ainda não foi marcada nenhuma audiência do caso. Em um sábado de manhã, R.S.R., com receio de sua própria vida e de suas filhas, resolve se mudar para a casa de sua genitora, na mesma cidade, sem avisar o agressor, pai das crianças, nem o Conselho Tutelar. O convivente suspeita do fato, esconde documentos das crianças, levando tais registros até um Conselheiro Tutelar. Dentre as medidas de proteção que o Conselheiro Tutelar deve aplicar aos pais das crianças, destacam-se as seguintes:

- (A) solicitar apoio da Polícia Militar e apreender as duas crianças, providenciando em seguida a inclusão em família substituta e a destituição do poder familiar.
- (B) comunicar emergencialmente o fato no plantão do Judiciário e na Delegacia da Infância e da Juventude, providenciando acolhimento institucional às crianças.
- (C) entregar as crianças ao pai mediante termo de responsabilidade e notificar e advertir a mãe, que se ausentava sem aviso anterior.
- (D) encaminhar os pais a tratamento psicológico ou psiquiátrico; adverti-los; suspender o poder familiar e providenciar acolhimento institucional.
- (E) encaminhar a mãe e as crianças a programa oficial de proteção à família e encaminhar os pais a tratamento psicológico ou psiquiátrico.

— QUESTÃO 16 —

M. de 13 anos, mora com a mãe e o padrasto. A mãe trabalha noite sim, noite não enquanto M. fica aos cuidados do padrasto. Há cerca de três meses a mãe tem notado que sua filha mudou o comportamento: está apática, não quer ir para a escola e, às vezes, fica agressiva. A mãe procurou o Conselho Tutelar, pois suspeita que o padrasto esteja abusando sexualmente de sua filha. A providência imediata que o Conselho deve adotar, sem prejuízo de outras medidas, é:

- (A) encaminhar o caso ao Ministério Público, orientar a mãe e aplicar medidas de proteção à adolescente.
- (B) encaminhar o caso ao Juizado da Infância e da Juventude, orientar a mãe e aplicar medidas de proteção à adolescente.
- (C) encaminhar o caso à Delegacia de Polícia e orientar a mãe.
- (D) encaminhar o caso ao Juizado da Infância e da Juventude para providenciar acolhimento institucional.
- (E) encaminhar o caso ao Ministério Público, e a menina para uma entidade de acolhimento institucional

— QUESTÃO 17 —

D. é mãe solteira e trabalha como catadora de materiais recicláveis. Tem dois filhos; K, uma menina de nove anos e B., um menino de sete. Como não tem onde deixar os filhos, vaga pela cidade com eles. A vizinha a denuncia ao Conselho Tutelar porque seus filhos não estão matriculados em nenhuma escola. Devidamente notificada a mãe comparece ao Conselho Tutelar, que aplica as seguintes medidas:

- (A) encaminhar a mãe a programa oficial ou comunitário de proteção à família e tratamento auxiliar e as crianças a entidade de acolhimento institucional, como medidas necessárias.
- (B) encaminhar a mãe a tratamento psicológico ou psiquiátrico e solicitar a matrícula das crianças em estabelecimento oficial de ensino fundamental, como medidas necessárias.
- (C) encaminhar a mãe ao Ministério Público para que tome providências cabíveis ao caso e as crianças a entidade de acolhimento institucional para matrícula em estabelecimento educacional.
- (D) encaminhar a mãe a programa oficial ou comunitário de proteção à família e solicitar a matrícula das crianças em estabelecimento oficial de ensino fundamental.
- (E) encaminhar a mãe ao Juizado da Infância e da Juventude para que este solicite a matrícula das crianças em estabelecimento oficial de ensino fundamental e adote outras providências.

— QUESTÃO 18 —

M., de cinco anos, do sexo feminino, foi diagnosticada com problemas mentais severos. Os pais trabalham e, com o que ganham, não conseguem pagar o tratamento da filha. Já perambularam por vários estabelecimentos de saúde, sem sucesso. Procuraram o Conselho Tutelar para que os ajudasse. Neste caso a primeira medida a tomar, sem prejuízo de outra, é a seguinte:

- (A) encaminhar a criança a entidade de acolhimento familiar para realizar o tratamento que o caso requer.
- (B) requisitar para a criança tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial.
- (C) incluir a criança em programa oficial ou comunitário de auxílio e orientação.
- (D) encaminhar os pais a cursos e programas de orientação, de modo que consigam tratar a criança.
- (E) requisitar serviços de colocação em família substituta.

—QUESTÃO 19—

A cidade de Pombal, durante o período das chuvas, teve forte alagamento. Algumas pessoas perderam suas casas e tiveram que ser abrigadas em um galpão da Prefeitura. S. e D., ambos do sexo masculino, de quatro e seis anos, respectivamente, foram encontrados sozinhos e disseram que se perderam dos pais. O Conselho Tutelar foi acionado. Nesse caso, qual a medida de proteção a ser inicialmente tomada?

- (A) Encaminhar as crianças à entidade de acolhimento institucional.
- (B) Encaminhar as crianças a família que as acolha.
- (C) Encaminhar as crianças para colocação em família substituta.
- (D) Encaminhar as crianças ao Juizado da Infância e Juventude.
- (E) Encaminhar as crianças ao Ministério Público.

—QUESTÃO 20—

O Conselho Tutelar recebeu denúncia de que M. S., pai de três crianças do sexo masculino (F., de dez anos; C., de oito anos e M., de seis), vive com os filhos em uma área considerada de risco e não tem trabalho definido. As crianças estão matriculadas e aparentemente frequentam a escola no período matutino, porém, à tarde, ficam sozinhas em casa e perambulam pela vizinhança. O Conselho Tutelar foi até a casa de M. S. e constatou a veracidade do fato, informando inclusive sobre a frequência dos meninos na escola. A medida aplicada, sem prejuízo de outras que possam ser pertinentes, deve ser o encaminhamento

- (A) do pai ao Juizado da Infância e Juventude, para providências.
- (B) do pai ao Ministério Público, para providências.
- (C) do pai a programa oficial ou comunitário de proteção à família.
- (D) das crianças para tratamento especializado.
- (E) das crianças a entidade de acolhimento institucional.

—QUESTÃO 21—

No bairro de São Joaquim mora uma família que tem dois filhos: R., do sexo masculino, de 11 anos, e S., do sexo feminino, de 10 anos. Os pais frequentemente estão embriagados, já foram notificados várias vezes por esse motivo e o Conselho Tutelar já aplicou medidas protetivas aos filhos e medidas aos pais. Mais uma vez, eles não responderam às medidas aplicadas. Nessas condições, qual medida conjunta com a inclusão em programa oficial ou comunitário de tratamento a dependentes de álcool e outras drogas o Conselho Tutelar deve aplicar?

- (A) Perda da guarda.
- (B) Destituição da Tutela.
- (C) Advertência.
- (D) Suspensão ou destituição do poder familiar.
- (E) Encaminhamento do caso ao Juizado da Infância e da Juventude.

—QUESTÃO 22—

F., do sexo masculino, de onze anos, é filho único de pais separados e bem estruturados economicamente, estuda em um bom colégio particular. Os pais já receberam notícias de má conduta do filho na escola, mas nada que os levasse a tomar atitudes em relação ao seu comportamento. Foram, no entanto, surpreendidos com o fato de que seu único filho assassinou um colega de classe com um revólver de propriedade do pai. O Conselho Tutelar deverá, nessa situação,

- (A) encaminhar o caso ao Juizado da Infância e da Juventude.
- (B) encaminhar o caso ao Ministério Público.
- (C) encaminhar o caso à Delegacia de Polícia.
- (D) aplicar medidas protetivas à criança e medidas requeridas pelo caso aos pais
- (E) aplicar medidas socioeducativas à criança.

— QUESTÃO 23 —

Dois policiais durante a sua ronda noturna encontraram duas crianças do sexo feminino, J. de quatro anos e L., de três anos, perambulando pelas ruas da cidade. As meninas disseram que saíram para brincar e se perderam, não sabem o endereço completo de sua casa, apenas lembram que moram num lugar chamado Morrote (que é um bairro), que a mãe se chama Maria e o pai, Joaquim, é trabalhador de uma fábrica no mesmo bairro. Os policiais levaram as meninas para o Conselho Tutelar, que adotou imediatamente a seguinte medida:

- (A) encaminhar as crianças para a delegacia de polícia mais próxima para que seja localizada a família.
- (B) encaminhar as crianças a uma entidade de acolhimento familiar para, posteriormente, procurar a família.
- (C) encaminhar para o Plantão Interinstitucional para os devidos fins.
- (D) aplicar medidas protetivas à criança e, posteriormente, medida de suspensão familiar aos pais.
- (E) aplicar aos pais medidas de tratamento psicológico ou psiquiátrico.

— QUESTÃO 24 —

O delegado de Polícia de uma cidade brasileira recebeu denúncia anônima de que uma casa da periferia funcionava como bordel e que havia adolescentes do sexo feminino se prostituindo. Na diligência, os policiais encontraram várias adolescentes na casa à espera de clientes, algumas ainda portavam uniforme escolar e utilizavam bebidas alcólicas. As adolescentes foram encaminhadas ao Conselho Tutelar que, de imediato, deverá adotar a seguinte medida:

- (A) encaminhamento das adolescentes aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade.
- (B) encaminhamento das adolescentes para tratamento psicológico ou psiquiátrico e suspensão do poder familiar.
- (C) encaminhamento das adolescentes para o serviço de colocação em família substituta e os pais, para a delegacia.
- (D) aplicação às adolescentes de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade.
- (E) aplicação às adolescentes de medida socioeducativa de liberdade assistida.

— QUESTÃO 25 —

A Lei Federal n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000 – (Lei do Menor Aprendiz), em seu art. 403, diz que é proibido qualquer trabalho a menores de

- (A) quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.
- (B) dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos doze anos.
- (C) dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- (D) dezoito anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.
- (E) dezoito anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos dezesseis anos.

— QUESTÃO 26 —

A Lei Federal n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000 – Lei do Menor Aprendiz - em relação à jornada de trabalho, estabelece que são vedadas a prorrogação e a compensação da jornada e que a duração do trabalho não poderá exceder, por dia, a

- (A) quatro horas.
- (B) cinco horas.
- (C) seis horas.
- (D) sete horas.
- (E) oito horas.

— QUESTÃO 27 —

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, como política de seguridade social não contributiva que provê os mínimos sociais, é realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa do Poder Público e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas da população. Compete à União, nesse sentido,

- (A) prestar os serviços que visem à melhoria de vida da população, cujas ações observem os objetivos, princípios e diretrizes da LOAS.
- (B) atender, em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência.
- (C) estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e os consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social.
- (D) prestar os serviços assistenciais, cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços.
- (E) realizar avaliação da renda familiar para efetuar o pagamento dos auxílios natalidade e funeral.

— QUESTÃO 28 —

Por meio da primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social, a Lei n. 8.248, de 19 de janeiro de 2004, objetiva regulamentar diversas formas de parcerias para ações complementares no âmbito dessa política, dando novo enfoque às relações entre o poder público e as iniciativas da sociedade civil, estabelecendo um processo de democratização, transparência e participação na definição dos convênios e de outros instrumentos afins. Esta lei estabelece que cabe

- (A) ao Conselho Municipal de Assistência Social organizar a elaboração do plano Municipal de Assistência Social e encaminhar ao poder legislativo para deliberação e, após aprovado, ao órgão gestor municipal para execução.
- (B) aos usuários das ações de assistência social atendidos por entidades conveniadas ter acesso às informações referentes à programação e à aplicação dos recursos públicos na entidade, bem como as de sua contrapartida.
- (C) às entidades conveniadas dar visibilidade ao convênio, por meio de publicação em jornais de circulação municipal das ações realizadas, bem como dos resultados alcançados em conformidade com o plano de trabalho.
- (D) ao órgão municipal gestor da assistência social autorizar às entidades conveniadas a realização de pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica a servidor da administração pública municipal.
- (E) ao órgão estadual gestor da assistência social proceder a fiscalização da qualidade da assistência prestada e da aplicação dos recursos alocados e a respectiva contabilização de acordo com as normas vigentes.

— QUESTÃO 29 —

A Vigilância Socioassistencial é caracterizada como uma das funções da política de assistência social e deve ser realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas e cuida de situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e de eventos de violação de direitos em determinados territórios e do tipo, volume e padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. Dessa forma,

- (A) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem instituir a área da Vigilância Socioassistencial diretamente vinculada aos respectivos Conselhos de Assistência Social, dispondo de recursos de incentivo para sua estruturação e manutenção.
- (B) os Estados têm como responsabilidades específicas ocupar-se da área da Vigilância Socioassistencial, elaborando e atualizando, em conjunto com as áreas de proteção social básica e especial, os diagnósticos circunscritos aos territórios de abrangência dos CRAS e CREAS.
- (C) os municípios têm responsabilidade de fornecer às unidades da rede socioassistencial, especialmente aos CRAS e CREAS, informações e indicadores territorializados, extraídos do Cadastro Único, que possam auxiliar as ações de busca ativa e subsidiar as atividades de planejamento e avaliação dos próprios serviços.
- (D) a União tem como responsabilidade específica acerca da área da Vigilância Socioassistencial fornecer sistematicamente aos CRAS e CREAS listagens territorializadas das famílias em descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família, com bloqueio ou suspensão do benefício.
- (E) os conselhos municipais de assistência social têm como competência realizar a gestão do cadastro de unidades da rede socioassistencial privada no CadSUAS, e coordenar o processo de preenchimento dos questionários do Censo SUAS, zelando pela qualidade das informações coletadas.

— QUESTÃO 30 —

De acordo com o artigo primeiro da LOAS, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas”. A política nacional de assistência social estabelece mecanismos para a execução desta lei. Entre esses mecanismos,

- (A) a proteção social especial destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação e ou fragilização de vínculos afetivos-relacionais e de pertencimento social, tendo como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e fortalecer vínculos familiares e comunitários.
- (B) os serviços de média complexidade são aqueles que oferecem atendimento às famílias e aos indivíduos com seus direitos violados, cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos. Neste sentido, requerem maior estruturação técnico-operacional e atenção especializada e mais individualizada, e ou de acompanhamento sistemático e monitorado,
- (C) os Centros de Referência em Assistência social (CRAS) são aqueles que garantem proteção integral (moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido) a famílias e indivíduos que se encontrem sem referência e ou em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e ou comunitário. Devem prestar atendimento, no mínimo, a 5.000 famílias/ano.
- (D) a Proteção Social de Alta Complexidade é executada por meio de Serviço de Orientação e Apoio Sociofamiliar, Plantão Social, Abordagem de Rua, Cuidado no Domicílio, Serviço de Habilitação e Reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência, os quais adotaram Medidas socioeducativas em meio aberto (Prestação de Serviços à Comunidade – PSC e Liberdade Assistida – LA).
- (E) a proteção social básica é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontrem em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus-tratos físicos e ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outros.

— QUESTÃO 31 —

A educação, dever da família e do Estado, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, um dos princípios que serve de base para o ensino é:

- (A) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
- (B) autonomia para grupos e comunidades estabelecerem sistemas educacionais, desde que autorizados pelos conselhos de educação.
- (C) participação social por meio de conselhos autônomos paritários, compostos de 50% da sociedade civil e 50% de gestores.
- (D) gratuidade no ensino fundamental em todos os estabelecimentos educacionais, cujo funcionamento esteja de acordo com a legislação.
- (E) gestão regionalizada por meio de consórcios intermunicipais, de acordo com as necessidades dos educandos.

— QUESTÃO 32 —

O ensino fundamental obrigatório tem por objetivo:

- (A) a formação básica do cidadão, mediante a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade, entre outras.
- (B) a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.
- (C) o desenvolvimento da autonomia intelectual, mediante a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.
- (D) suscitação do desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilidade de correspondente concretização, integrando os conhecimentos em uma estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento.
- (E) o incentivo ao trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento de cidadãos criativos para o desenvolvimento cultural, para, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive.

— QUESTÃO 33 —

O professor e ou responsável por estabelecimento de ensino fundamental, pré-escola ou creche, que deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente, incorre em

- (A) infração administrativa, que implica multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.
- (B) infração administrativa, que implica suspensão da atividade laboral e ou afastamento do cargo de direção.
- (C) infração administrativa, que implica detenção de seis a dez anos.
- (D) crime em espécie, o que implica, detenção de seis anos e multa de dois a vinte salários de referência.
- (E) crime em espécie com detenção de seis meses a dois anos e desligamento do serviço público.

— QUESTÃO 34 —

A saúde da criança é objeto de garantia legal antes mesmo do seu nascimento. Neste sentido, o artigo 10 do ECA prevê, entre outras exigências, que os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a manter registro das atividades desenvolvidas, em prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos, e fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato. Os encarregados de serviço ou os dirigentes que não cumprirem estas exigências cometem crime em espécie, que implica

- (A) multa de vinte salários, se doloso.
- (B) detenção de dois a seis meses, ou multa, se culposo.
- (C) detenção de quatro a seis anos, se culposo.
- (D) detenção de dois a seis meses, se doloso.
- (E) multa de seis salários de referência, se doloso.

— QUESTÃO 35 —

É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantido o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. Nesse sentido,

- (A) o SUS deverá fornecer às crianças e aos adolescentes gratuitamente os medicamentos, próteses de alto custo e outros recursos relativos ao tratamento, à habilitação ou reabilitação, mediante solicitação de competência exclusiva do Conselho Tutelar.
- (B) os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de crianças deficientes ou de até oito anos de idade.
- (C) os hospitais e demais estabelecimentos de saúde, conforme solicitação dos pais ou dos Conselhos Tutelares, deverão proceder a exames visando ao diagnóstico e à terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido.
- (D) o SUS promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e promoverá campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos.
- (E) o SUS deverá disponibilizar todas as vacinas para os casos recomendados pelas autoridades sanitárias, sendo a opção por vacinar as crianças de responsabilidade dos pais ou responsáveis.

— QUESTÃO 36 —

Com referência à assistência à gestante no período pré e pós-natal, deve-se considerar:

- (A) a gestante deverá ser encaminhada aos diferentes níveis de atendimento, segundo sua preferência e local de moradia.
- (B) a parturiente deverá ser atendida pelo mesmo médico que a acompanhou na fase pré-natal.
- (C) a família e a comunidade devem propiciar apoio alimentar à gestante e à nutriz que dele necessitem.
- (D) o poder público deve proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal.
- (E) o poder público é o responsável exclusivo pela garantia de condições adequadas para o aleitamento materno pelas mães trabalhadoras.

— QUESTÃO 37 —

Leia o resumo da matéria publicada em 21 de fevereiro 2011, no *Correio da Cidadania*, por Frei Marcos Sassatelli.

No dia 16 de fevereiro de 2005, a Polícia Militar do Estado de Goiás realizou uma verdadeira Operação Militar de Guerra, cinicamente chamada "Operação Triunfo". Numa hora e quarenta e cinco minutos, cerca de 14.000 pessoas foram despejadas de suas moradias de maneira violenta, truculenta e sem nenhum respeito pela sua dignidade. (...) Depois do despejo forçado e violento, e de passar uma noite acampadas na Catedral de Goiânia, cerca de mil famílias (aproximadamente 2.500 pessoas), que não tinham para onde ir, ficaram alojadas nos ginásios de esportes dos bairros novo horizonte e Capuava (por mais de três meses) e, em seguida, no Acampamento do Grajaú (por mais de três anos) como verdadeiros refugiados de guerra. Nesse período, diversas pessoas – sobretudo crianças e idosos – morreram em consequência das condições subumanas de vida.

Os Conselheiros Tutelares, em casos como estes, além de tomar providências para que cessem a ameaça e a violação de direitos, devem

- (A) aplicar medidas punitivas aos pais ou responsáveis.
- (B) aplicar medidas de proteção pertinentes.
- (C) aplicar medida socioeducativas às crianças e aos adolescentes.
- (D) encaminhar crianças para colocação em família substituta.
- (E) determinar que os pais recebam apoio psicológico.

— QUESTÃO 38 —

Analise a figura a seguir



Fonte: TVSD - Invasão Parque Oeste Industrial. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=zvIhpKwknFQ>>
Acesso em: 8 de jul 2015

A foto remete à desocupação do Parque Oeste Industrial, área invadida por cerca de 14 mil famílias que buscavam moradia. Na desocupação, aquelas famílias que não tinham parentes ou amigos que os acolhessem foram para a catedral metropolitana onde passaram a noite. Vários direitos das crianças e dos adolescentes foram violados, entre os quais os definidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, nos seguintes artigos:

- (A) 3, 4 e 5.
- (B) 39, 40 e 42.
- (C) 81, 82 e 84.
- (D) 91, 92 e 94.
- (E) 103, 104 e 107.

— QUESTÃO 39 —

Dentre as políticas públicas municipais de segurança

- (A) inclui-se o programa de prevenção em segurança pública, que abrange a campanha que a Prefeitura Municipal de Goiânia, por intermédio da Guarda Civil Metropolitana (GCM), tem desenvolvido no Projeto “Pipa sem Cerol”; e, ainda, a campanha “Férias”, buscando no mês de recesso das aulas fiscalizar as escolas para que estas não sejam alvo de depredação, vandalismo e furtos, preservando, assim, o patrimônio público municipal.
- (B) destaca-se a ação da Guarda Civil Metropolitana (GCM) no combate à criminalidade violenta, fazendo repressão nas ruas da capital ao crime organizado e realizando policiamento ostensivo, ressaltando-se, entre suas ações, o forte combate ao tráfico de drogas.
- (C) inclui-se a fiscalização que a Guarda Civil Metropolitana (GCM), em parceria com os Conselhos Tutelares da capital, tem realizado em bares, restaurantes e lanchonetes que vendem bebidas alcoólicas às crianças e aos adolescentes, sendo uma das prerrogativas desses órgãos a interdição dos estabelecimentos em que se verifiquem tais violações.
- (D) situa-se a operação que a Guarda Civil Metropolitana (GCM), em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social, CREAS, CRAS e Conselhos Tutelares, tem deflagrado para recolhimento de crianças e adolescentes das ruas da capital, em especial, de usuários de drogas ilícitas, encaminhando-os à internação em hospitais e clínicas de recuperação.
- (E) ressalte-se o programa de segurança pública que a Guarda Civil Metropolitana tem desempenhado, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública Estadual, no combate à prostituição na região dos terminais rodoviários da capital goianiense.

— QUESTÃO 40 —

São diretrizes da Política Nacional de Segurança Pública que pautam as políticas públicas destinadas à área:

- (A) redução da criminalidade, usando como tática o reaparelhamento e reequipamento das forças policiais; exasperação das penas; aumento dos tipos penais; redução da maioria penal; combate ostensivo e violento à criminalidade organizada; endurecimento nas abordagens policiais.
- (B) reconhecimento jurídico-legal da importância do município como gestor da área de segurança pública, fortalecendo sua atuação na prevenção social do crime e das violências, criando e fortalecendo a Guarda Municipal armada, forte no combate ao crime organizado e no policiamento ostensivo, deslocando-se da missão inicial de proteção do patrimônio público municipal.
- (C) unificação das forças policiais, sendo que, gradualmente, as polícias militares e civil dos estados seriam incorporadas ao Exército e à Polícia Federal, respectivamente, formando assim uma única força policial brasileira, com autonomia funcional e financeira e destinada a proteger o Brasil interna e externamente.
- (D) fortalecimento do sistema penitenciário, pela construção de novos presídios e pela reforma dos atuais; garantia de um quadro de agentes penitenciários efetivos; abertura à Parceria Pública Privada, inclusive com a previsão de privatização de parte das atividades desenvolvidas, dentre elas, a segurança, que poderá ser terceirizada mediante convênio com empresas de segurança privada.
- (E) defesa da dignidade da pessoa humana, valorização e respeito à vida e à cidadania, assegurando atendimento humanizado a todas as pessoas, com respeito às diversas identidades religiosas, culturais, étnico-raciais, geracionais, de gênero, orientação sexual e pessoas com deficiência, combatendo a criminalização da pobreza, da juventude, dos movimentos sociais e seus defensores, valorizando e fortalecendo a cultura da paz.